

---

LIMONCIC, F.; MARTINHO, F. C. P. (org.) *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 554p.

---

Diogo da Silva Roiz\*

## **O TRABALHO INTELECTUAL: ENTRE AÇÃO POLÍTICA E PROJETOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Como se define o trabalho do intelectual? De que maneira age na sociedade e na política? Como elabora seus projetos de transformação social? Quais leituras fizeram do Liberalismo (político e econômico), do Capitalismo e da Modernidade? São esses, basicamente, os questionamentos que moveram o empreendimento coletivo em pauta, ao sugerirem os modos pelos quais os intelectuais do século passado, esboçaram suas leituras do Capitalismo, do Liberalismo e da Modernidade, com vistas a proporem alternativas para sua época, bem como estabelecerem possíveis caminhos para se almejar transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. Evidentemente, uma tarefa nada fácil de ser efetuada, assim como de ser interpretada em perspectiva histórico-sociológica, o que, desde já, merece elogios.

Para Flávio Limonic e Francisco Martinho o principal objetivo dos textos aqui reunidos foi o de vislumbrar como se formou essa tradição intelectual, que acabou por preparar, direta ou indiretamente, o “terreno, política, cultural, social e economicamente, para a construção das alternativas ao liberalismo que se tornaram política pública em praticamente todos os países capitalistas a partir da década de 1930, até pelo menos a década de 1980” (p. 10). Foi com essas metas, que os dezessete textos agrupados para a coletânea, em duas partes (sete na primeira e dez na segunda), preocuparam-se em demarcar as ideias de Durkheim, Polanyi, Fernando Pessoa, Carl Schmitt, Lênin, Keynes, Marcello Gaetano e Oliveira Vianna, assim como de movimentos gerados na Alemanha, no Brasil (ao redor de Francisco Campos), na Rússia, na Itália, na França, na Espanha, em Portugal, nos Estados Unidos e na América Latina. De imediato, verifica-se a pouca articulação do conjunto no que diz respeito à definição do trabalho do intelectual e do que significou ser intelectual no período em pauta, apesar dos evidentes esforços analíticos de alguns textos. Por outro lado, como é indicado, não se procurou circunstanciar todos os intelectuais e movimentos do período, que esboçaram uma crítica contundente ao sistema capitalista e propuseram projetos e políticas para fundar outras Modernidades.

---

\* Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pela UNESP. Professor da UEMS. E-mail: [diogosr@yahoo.com.br](mailto:diogosr@yahoo.com.br).

Todos, entretanto, efetuam análises que se complementam entre si, dando base para a elaboração de um panorama rico e complexo sobre a ação dos intelectuais e dos movimentos e correntes intelectuais do século passado, engajados contra as ações do Liberalismo, do Capitalismo e da Modernidade, e preocupados com a construção de propostas alternativas.

Como indica Osvaldo Lazzetta, ao estudar a regulação da sociedade de mercado, por meio da interpretação das ideias de Durkheim e Polanyi, que formariam semelhanças de família em suas análises, quando propuseram caminhos para se pensar tanto a sociedade, quanto os mecanismos de coação do sistema. Para ele, Durkheim teve como tema central “a reconstrução dos laços de solidariedade nas condições de uma sociedade crescentemente complexa” (p. 27), enquanto Polanyi abordou de que maneira se constituiria a *sociedade de mercado*, que é “muito mais do que uma simples *economia de mercado*, pois indica uma sociedade histórica singular que impõe uma forma de sociabilidade regulada pelo mercado” (p. 30). Apesar, da “inevitável perda de atualidade em seus detalhes – em especial pela mudança de escala provocada pela globalização e a revolução nas tecnologias informacionais e comunicacionais – os dois autores retrataram com lucidez as principais tensões desencadeadas pela sociedade de mercado, dentro da qual continuamos nos movendo”, e talvez isso “represente um mérito suficiente para assegurar sua perdurabilidade e vigência em nossos dias” (p. 39).

Para António Costa Pinto, o papel de Fernando Pessoa, com seu nacionalismo místico, foi o de visualizar os possíveis danos da Modernidade à Democracia. Apesar de “sua rejeição da democracia [que] foi baseada na crença, apoiada por modernos ensinamentos psicológicos, na supremacia do inconsciente e do irracional na condução dos indivíduos” (p. 59), vislumbraria que “o principal requisito para o renascimento nacional era a formação de uma nova elite”, que era a “única maneira de ‘resolver’ o problema da emergência das massas, que [...] descrevia com um desprezo raro pela política cultural da Europa latina” (p. 61). Nesse sentido, ao criticar os caminhos da democracia de então, vividos em Portugal, daria indícios inesperados de como a Modernidade também poderia lhe ser prejudicial, dadas as evidentes articulações entre os regimes democráticos e os avanços da Modernidade. Contribuição interessante também traz o estudo de Francisco Martinho sobre Marcello Caetano a respeito do sentido do antiliberalismo no pensamento político português.

Num caminho mais ou menos próximo estaria Carl Schmitt com sua polêmica contra o liberalismo, que para Bernardo Ferreira ocuparia um lugar central em sua obra e “a imagem dramatizada que ele nos apresenta do liberalismo é uma forma não só de conhecimento da realidade, mas também de *politização do seu objeto*”, visto que “parece querer compelir para a ação, criar um sentimento de urgência por meio da representação radicalizada e da dramatização polêmica das consequências últimas das posições políticas que analisa”. Nesse aspecto, quando “discute a estrutura do pensamento do liberalismo em função do seu ‘fundamento espiritual último’ e da sua teologia, ele tem em vista não só a

possibilidade de uma compreensão intelectual, mas também a exigência de um posicionamento político e moral” (p. 97).

Para Vladimir Palmeira, numa outra extremidade, Lênin teve papel semelhante ao analisar o capitalismo e projetar como opção eficaz para seus males o socialismo, dado que “as teses de partido de Lênin tiveram grande influência na Europa ocidental, com a constituição de partidos comunistas que foram quase sempre a vanguarda das lutas operárias e que, ao lado da existência da URSS, ajudaram muito a fazer da Europa um continente onde os direitos operários foram respeitados e a renda distribuída de forma mais justa”, embora a “maior influência de Lênin e da URSS se de[sse] na questão da aliança com o campesinato para tomar o poder na possibilidade de se chegar diretamente ao socialismo” (p. 132-33).

Apesar de Keynes ser visto como um dos grandes reformuladores das bases que deram nova sustentação para o capitalismo e para o liberalismo de sua época, para Pedro Fonseca, ele teria sido um crítico singular de ambos, além de contribuir para “abalar as velhas crenças, mas, a valer seu próprio método, a experiência também demonstra que infelizmente elas resistem e têm a capacidade de renascer das cinzas” (p. 167). Para Angela de Castro Gomes, Oliveira Vianna teria também pensado a organização do sistema político e econômico, mas com vistas a implementar um certo tipo de proposta ao insolidarismo latente no país, ao refletir o corporativismo estatal. Para ela, ao fazer referência a traços de um ‘espírito de pré-capitalismo’, Vianna veria nisto um aspecto “sociocultural profundo e positivo de nossa ‘mentalidade’, que, potencializado pelo corporativismo, fazia com que o insolidarismo fosse afastado, permitindo vigorar no país um novo e original modelo de sociabilidade” (p. 226).

Dos intelectuais para os movimentos e correntes intelectuais, da primeira para a segunda parte do livro, vislumbra-se mais o potencial do trabalho coletivo, ao lado de obras individuais que propuseram alternativas para a época, o sistema político e econômico, e para a sociedade. Ao perscrutarem as situações vividas na Alemanha, no Brasil, na Rússia, na Itália, na França, na Espanha, em Portugal, nos Estados Unidos e na América Latina, preocupam-se em indicar de que modo o trabalho dos intelectuais foi potencialmente exemplar para efetuar uma radiografia dos problemas e organizarem igualmente um conjunto de possíveis respostas. Como indica Daniel Aarão Reis Filho, “enquanto permanecem como objeto de interesse das gentes e da sociedade, as referências do passado estão sempre em reelaboração, reconstruídas/desconstruídas, nessa luta incessante – e vã – dos vivos para dominar os mortos e controlar o futuro” (p. 336), e poderíamos completar, nesse ínterim, é que o trabalho dos intelectuais se torna ainda mais evidente e potencialmente elucidador.

Em todas essas circunstâncias, os intelectuais efetuariam um trabalho de reconstrução, manutenção e reelaboração das interpretações do passado, dos projetos para o presente e de caminhos para o futuro. Nesse sentido, a obra nos indica que o passado não é homogêneo, que o presente não é estático e que o futuro ainda não está feito. Do mundo

das ideias à ação prática, os intelectuais seriam agentes críticos de todo tipo de regime opressor, engajados com propostas políticas e projetos sociais de transformação da estrutura vigente, com vistas à emancipação das massas e busca da liberdade dos indivíduos. Se for certo que nem sempre esses caminhos se cruzam num mesmo ideal, ou, muito menos, que suas propostas sejam sempre contrárias ao sistema político e econômico vigente, nem por isso o papel dos intelectuais seria menor. Por esses e outros motivos, a obra é um belo convite para pensarmos as relações entre o trabalho intelectual, ora visto como meramente abstrato, e suas íntimas e estreitas ligações com os 'mundos do trabalho', físico e material, no qual as massas estariam agrupadas e seriam os focos das lentes ideológicas e mistificadores das engrenagens de um mundo ainda neoliberal e capitalista globalizado, em que os desafios postos estão justamente em buscar transcendê-los.